

O SUPLENTE PEDREIRO



Em 1990, Hédio Campos, entrou no PMDB de Roraima às vésperas do prazo final de registro de candidaturas para tentar uma vaga no Senado. Sem tempo para grandes composições políticas, Campos tinha de escolher rápido o nome de seu suplente. Optou pelo humilde pedreiro que reformava sua casa. No dia 25 de abril de 1991, Campos morreu. O pedreiro virou o senador João França (foto), e ficou oito anos no Congresso.

Jefferson Rudy 14.4.99

CONGRESSO

Nem escândalos, como o de Mario Calixto, que foi parlamentar sem nunca ter sido, mudam regra de substituição no Senado. Para que ilustres desconhecidos ganhem um mandato, basta um lance de sorte do destino

Senadores sem voto

HELAYNE BOAVENTURA
E PAOLA LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

N eide Batista, costureira. Remi Ribeiro, deputado estadual. Sandra Melon, mulher de prefeito. Se os nomes hoje não soam familiares aos eleitores brasileiros, com um golpe de sorte, tudo pode mudar. Suplentes dos senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Edison Lobão (PFL-MA) e Demóstenes Torres (PFL-GO), eles precisam apenas de um imprevisto para saírem do anonimato político e desembarcarem no Congresso Nacional. Com mandato de oito anos, status de autoridade e salário de R\$ 12,8 mil. Os senadores costumam brincar que o Senado é o que existe de mais perto do céu na terra. E é a esse paraíso que alguns chegam sem ter seu direito para conquistar sequer um voto. Uma possibilidade concreta. Hoje, há no Senado oito suplentes cumprindo o mandato em lugar dos titulares.

A regra para indicação de suplentes de senadores, no entanto, não é apenas injusta por conferir

o paraíso a quem não se sacrificou por ele. Esconde também um perigo revelado agora com a saída de Amir Lando (PMDB-RO) para assumir o Ministério da Previdência. Como os suplentes não passam pelo crivo eleitoral, seus passados são desconhecidos, e podem se revelar comprometedores. Mesmo assim, os senadores não querem nem ouvir falar em mudar a norma.

Nem mesmo diante do constrangimento de ter de anular a posse do suplente de Lando, Mário Calixto Filho (PMDB-RO). Os colegas não sabiam que Calixto tinha os direitos políticos suspensos por decisão do Tribunal Eleitoral de Rondônia, reforçada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Desorientados, os senadores gastaram 10 dias antes de decidir eliminar de uma vez a rápida passagem de Calixto dos documentos na Casa. Em seu lugar assumirá o segundo suplente de Lando, o médico Elifas da Silva.

A má-vontade dos parlamentares com novas regras de escolha de suplentes revelam a conveniência das atuais normas. A suplência a que cada senador

tem direito serve a três interesses. No primeiro caso — admitido nos bastidores pelos próprios senadores —, a vaga serve de recompensa aos financiadores de campanha.

Colegas apostam que o empresário João Tenório (PSDB-AL) virou suplente do senador Teotônio Vilela (PSDB-AL) por ser proprietário de uma rede de empresas de alimentos no Nordeste. Com a licença de Vilela, Tenório desfrutava do mandato por quatro meses. O fazendeiro José Eduardo Fleury (PFL) também teria conseguido a suplência pelo mesmo motivo. As generosas contribuições para a campanha do senador Demóstenes Torres (PFL-GO).

Adorando o cargo

Outro que chegou no Senado pela vida empresarial foi Valmir Amaral (PMDB-DF), que ganhou seis anos de mandato com a cassação de Luiz Estevão. Amaral está adorando o cargo. Diz que ampliou sua visão da política e não vê desvantagens na função. A oportunidade aguçou o interesse

pela vida pública a ponto de Amaral já traçar uma estratégia para a próxima eleição. “Tudo vai depender do povo de Brasília. Vou fazer pesquisas e aguardar a minha avaliação”, sonha.

As propostas que tentam mudar as regras tramitam no Senado, mas têm vida curta. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por exemplo, tentou fixar que o suplente fosse o segundo candidato mais votado da chapa. O projeto andou lentamente e acabou arquivado. A maior parte das sugges-

tões tenta extirpar do Senado os suplentes que são parentes de senadores ou de políticos conhecidos. Na hora do debate, todo mundo é a favor. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) é um dos que reprova a prática. “Essa norma cria um vínculo que não é democrático”, critica.

No plenário, porém, os votos não são suficientes para aprovar as propostas. A ministra Marina Silva (PT-AC) fez uma tentativa em 2002. Projeto de sua autoria para impedir a escolha de familiares para a suplência chegou a ser votado no plenário, mas foi derrotado.

Com a regra mantida, há quem ainda escolha suplentes por critérios afetivos. Na legislatura anterior, dois deles se destacaram. O filho do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ACM Filho, que ocupou o cargo quando o pai renunciou ao mandato. E o pai do deputado Jader Barbalho (PMDB-PA), Laércio Barbalho, que também assumiu a vaga com a renúncia do filho.

Parentes

Os parentes continuam rondando o Senado. Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) preferiram confiar a suplência aos filhos, Edison Lobão Filho (PFL-MA) e José Tomé Raposo (PMDB-AM). O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também escolheu a irmã, Telma Siqueira Campos, para a vaga, mas alega motivos políticos. “Nossa escolha

foi eleitoral. Ela, até por ser mulher, veio agregar mais votos a nossa chapa. Mas o meu pai, por exemplo (o ex-governador de Tocantins, Siqueira Campos) está sem mandato”, justificou.

A terceira forma de definição de suplentes serve para acomodações políticas. Cada vaga é distribuída a um partido da coligação, em uma espécie de loteamento do mandato. O senador Gerson Camata, por exemplo, eleito pelo PMDB do Espírito Santo, tem como suplentes um representante do PSDB, Marcos Guerra, e outra do PP, Elizete Farsarela. O mesmo aconteceu com o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Eleito por uma chapa composta também pelo PV e pelo PMN, o senador tem como suplentes Luiz Soares, secretário de Saúde de Cuiabá, do PV, e Celi Borges, presidente regional do PMN no estado.

Os acordos nem sempre são bem sucedidos. O senador Saturnino Braga (PT-RJ) está com o mandato em risco por não ter cumprido um acerto, feito por escrito, para ceder a metade do mandato ao suplente Carlos Lupi (PDT-RJ). Na época filiado ao PSB, Saturnino se comprometeu com o PDT, mas ao trocar de partido, mudou de idéia. Denunciado pelos pedetistas, ele agora é alvo de um processo na Comissão de Ética do Senado.

Em vez de mudanças radicais, os senadores sugerem apenas o simples cumprimento da lei. A que manda divulgar toda a chapa durante a campanha. Ou seja, os suplentes devem aparecer no material de propaganda e ter a vida devassada como os titulares do mandato. Para que os eleitores não tenham supresas mais tarde.

“
NOSSA ESCOLHA FOI ELEITORAL. ELA,
ATÉ POR SER MULHER, VEIO AGREGAR
MAIS VOTOS À NOSSA CHAPA
”

Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO),
explicando por que escolheu a irmã, Telma, como suplente

